

Nota Informativa

Edição 001/2024

DESTAQUES

Entra em vigor lei que altera regras de tributação de incentivos fiscais

Líderes vão definir destino da MP da reoneração da folha

Presidente Lula sanciona LDO de 2024 com vetos e meta fiscal zero

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SpaceX lança primeiros satélites Starlink com serviço para celulares

Lira defende que Congresso discuta projetos para assegurar direitos individuais na internet

Biometria facial passa no teste no RJ e câmeras serão instaladas em toda a orla até junho

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 1,6 bilhão em novembro

Perspectivas de retorno com crédito privado em 2024 são muito positivas, diz Occam

Técnicos do Senado avaliam reoneração

Fisco antecipa tributação de créditos fiscais

BC informa que teto para rotativo vale a partir da quarta-feira

Governo veta trechos que diminuiriam arrecadação com imposto sobre apostas

ORÇAMENTO

Executivo sanciona R\$ 3 bilhões em créditos ao orçamento de 2023

Para especialistas, déficit zero em 2024 é pouco provável

Promulgado crédito de R\$ 869 milhões para Presidência, AGU e 16 ministérios

POLÍTICA

Pacheco decidirá sobre MP da reoneração após 8 de janeiro

Base aliada frágil continua a demandar negociações em votações no Congresso

RELAÇÕES EXTERIORES

Em xeque na AL, Brasil volta ao cenário global

DESTAQUES

Entra em vigor lei que altera regras de tributação de incentivos fiscais

Poder Legislativo | 03/01/2024– 14h03min

Já está em vigor a [Lei 14.789/23](#), que altera as regras de tributação de incentivos fiscais para investimentos concedidos por estados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A norma foi sancionada sem vetos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira (29). O texto, oriundo da Medida Provisória 1185/23, chamada “MP das subvenções”, estabelece critérios para o abatimento de valores dos benefícios no ICMS da base de cálculo de tributos federais. Somente poderá ser abatido o valor dos incentivos fiscais que forem usados para investimentos, e não despesas de custeio (salários, por exemplo). Com a nova lei, o governo busca eliminar a isenção de tributos sobre subvenções de custeio, mantendo apenas a possibilidade de creditar fiscalmente subvenções para investimento. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Líderes vão definir destino da MP da reoneração da folha

Poder Legislativo | 03/01/2024– 10h37min

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo protesta contra medida do governo que aumenta a tributação sobre empresas ([MPV 1202/2023](#)). O Congresso Nacional deve reunir líderes partidários em janeiro para discutir o assunto. O presidente do Congresso afirmou que é necessária uma "análise técnica" da MP. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente Lula sanciona LDO de 2024 com vetos e meta fiscal zero

Poder Executivo | 02/01/2024– 12h02min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (2). O texto, aprovado pelo Congresso em 19 de dezembro, traz orientações para a elaboração do Orçamento de 2024 e fixa parâmetros para a alocação de recursos para garantir a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA). Entre as diretrizes, está a meta de déficit primário zero para este ano, ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório da arrecadação com tributos e outras fontes. Para cumprir a

meta fiscal, o governo precisa obter R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024. A LDO também prevê um teto de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral, que poderá ser utilizado pelos partidos políticos em gastos com as eleições municipais de 2024. Na sequência à apreciação da LDO, os parlamentares também aprovaram, em 22 de dezembro, o projeto da lei orçamentária para este ano, que prevê despesas de R\$ 5,5 trilhões. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SpaceX lança primeiros satélites Starlink com serviço para celulares

Mercado | 03/01/2024 – 11h06min

A SpaceX de Elon Musk lançou seus primeiros seis satélites capazes de oferecer serviço de telefonia móvel enquanto a empresa trabalha para levar mais conectividade a áreas remotas. Operando como uma torre de celular no espaço, os satélites Starlink funcionam com os telefones que os usuários já possuem, em vez de usar equipamentos especializados, para permitir mensagens de texto em áreas onde os sinais tradicionais de celulares são fracos ou inexistentes. A SpaceX poderá oferecer também voz e dados, disse Kate Tice, gestora sênior de engenharia de sistemas de qualidade, em webcast do lançamento na terça-feira. Chamada de “Direct to Cell”, a empresa está trabalhando com a T-Mobile nos Estados Unidos, em parceria anunciada em 2022 e obteve aprovação no país no mês passado para realizar os testes. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira defende que Congresso discuta projetos para assegurar direitos individuais na internet

Poder Legislativo | 02/01/2024 – 18h06

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu, em entrevista divulgada na terça-feira (2) pela TV Câmara, que o Congresso se debruce sobre projetos que tratem de assuntos como inteligência artificial para garantir os direitos individuais no meio virtual. “Estamos em busca de outras reformas que são pilares de um estado que se programa, de um estado que tem que estar atento às modificações de uma sociedade que evolui muito rapidamente”, disse Lira. “Esse movimento cibernético, de redes sociais, esse movimento de uma vida paralela que não a analógica, mas uma vida digital muito rápida, vai exigir de nós congressistas que algumas modificações aconteçam, para que a Constituição também abrace, também acolha, proteja, e salvasse os direitos individuais de uma vida que muda muito”, completou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Biometria facial passa no teste no RJ e câmeras serão instaladas em toda a orla até junho

Poder Executivo | 02/01/2024

Câmara com recursos de reconhecimento facial foram testadas e aprovadas no Rio de Janeiro durante o réveillon. Agora, segundo a PM, os equipamentos serão instalados em toda a orça até junho. O esquema de segurança preparado pela Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro para o réveillon 2024 identificou, por meio do sistema de reconhecimento facial, um homem com mandado de prisão em aberto por tentativa de homicídio. Ele foi preso e encaminhado para a 13ª DP, em Copacabana, zona sul da capital. “Na noite da virada, a SEPM deu início ao uso do sistema de reconhecimento facial, capaz de identificar indivíduos foragidos da Justiça”, informou em nota. Fonte: TInside

[Leia mais](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 1,6 bilhão em novembro

Poder Executivo | 03/01/2024 – 11h38min

As contas externas do país tiveram saldo negativo em novembro de 2023, chegando a US\$ 1,553 bilhão, informou na quarta-feira (3) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2022, o déficit foi de US\$ 1,674 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países. É o menor déficit nas transações correntes para o mês novembro desde 2016. Naquele ano, o resultado negativo foi de US\$ 879 milhões. A diferença na comparação interanual é resultado do superávit comercial, que aumentou R\$ 2 bilhões, contribuindo para melhora do resultado. Em sentido contrário, houve aumento nos déficits em serviços, de US\$ 921 milhões, renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas), US\$ 640 milhões, e renda secundária, US\$ 322 milhões. Em 12 meses encerrados em novembro, o déficit em transações correntes foi US\$ 33,655 bilhões, 1,56% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 33,776 bilhões (1,59% do PIB) no mês anterior, outubro de 2023, e déficit de US\$ 49,906 bilhões (2,59% do PIB) no período equivalente terminado em novembro de 2022. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Perspectivas de retorno com crédito privado em 2024 são muito positivas, diz Occam

Mercado | 03/01/2024 – 10h27min

As perspectivas de retorno com crédito privado em 2024 são “muito positivas”, considerando que os fundos de crédito, de maneira geral, tiveram um bom desempenho mesmo na adversidade, que o patamar dos juros no Brasil segue elevado e que o fluxo de recursos para fundos deve aumentar. A avaliação é da gestora independente Occam e aparece em carta destinada a investidores enviada nesta semana. Em dezembro, o mercado de crédito privado apresentou uma maior estabilidade com liquidez elevada, ainda que em menores níveis. Com o comportamento dos spreads também mais estável e o fato da Selic ainda estar em patamares altos, os fundos de crédito no mercado tiveram um bom desempenho, resume a gestora. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Técnicos do Senado avaliam reoneração

Poder Legislativo | 03/01/2024 – 05h01min

A consultoria legislativa do Senado já analisa a medida provisória, anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que aumenta a contribuição previdenciária de 17 setores intensivos em mão-de-obra. A medida vai na contramão da decisão do Congresso Nacional, que havia prorrogado a desoneração da folha de salário desses segmentos até 2027. O parecer deverá ser encaminhado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ainda nesta semana. Estão sendo analisados os fundamentos constitucionais, como urgência e relevância da MP. Embora tenha força de lei e entre em vigor imediatamente, a proposta, publicada no “Diário Oficial da União” na sexta-feira, dá prazo de 90 dias para que as regras entrem em vigor. Apesar do recesso parlamentar, Pacheco retornará à capital no domingo e deverá aproveitar a presença de parlamentares para o ato democrático do dia 8, segunda-feira, para decidir se devolverá a MP ao Executivo. Ele poderá convocar líderes para uma reunião para discutir o assunto. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fisco antecipa tributação de créditos fiscais

Poder Executivo | 03/01/2024 – 05h

Quase sete anos após decisão do STF que deu vitória aos contribuintes na disputa sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins - a chamada “tese do século” -, a discussão sobre a recuperação desses créditos ainda não está pacificada. A Receita Federal publicou na sexta-feira passada entendimento que, na prática, antecipa a tributação dos valores a serem compensados. Para o Fisco, as companhias sob o regime do lucro real - aplicado àquelas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões - devem recolher Imposto de Renda e CSLL quando contabilizam esses valores em seus registros, antes mesmo de uma decisão definitiva sobre o reconhecimento do crédito. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC informa que teto para rotativo vale a partir da quarta-feira

Poder Executivo | 02/01/2024 – 16h44min

O Banco Central (BC) esclareceu, na terça-feira (2), em Brasília, que o teto de juros para o rotativo e da fatura parcelada do cartão só entram em vigor na quarta-feira (3). Segundo o órgão, o feriado de 1º de janeiro adiou em um dia a entrada em vigor da medida, que limitou em 100% do valor total da dívida os juros e encargos das duas modalidades do cartão de crédito. O prazo da Lei do Desenrola, que instituiu o teto para as duas modalidades do cartão de crédito, terminaria em 1º de janeiro. Com o feriado, a data-limite para a apresentação e a aprovação de uma autorregulação do setor ficou para a terça-feira (2). Como não houve acordo para a regulação própria, o teto entrará em vigor em 3 de janeiro. Instituído pela lei do Programa Desenrola, sancionada em outubro, o teto foi regulamentado no fim de dezembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A lei havia estabelecido 90 dias para que as negociações entre o governo, o Banco Central, as instituições financeiras, o Congresso Nacional e o Banco Central chegassem a um novo modelo para o rotativo do cartão de crédito. Caso contrário, valeria o modelo em vigor no Reino Unido, que estabelece juros até o teto de 100% do total da dívida, que não poderá mais subir depois de dobrar o valor. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo veta trechos que diminuiriam arrecadação com imposto sobre apostas

Poder Executivo | 02/01/2024 – 16h30min

Foi sancionada com vetos a lei que regulamenta as apostas esportivas on-line. A [Lei nº 14.790 de 2023](#), publicada na última sexta-feira (30) no Diário Oficial da União, tributa empresas e apostadores, define regras para a exploração do serviço e determina a partilha da arrecadação, entre outros pontos. Os trechos vetados reduziram a arrecadação de impostos com as apostas. A lei é oriunda do PL 3626/2023, do Executivo. Aprovado pela Câmara e alterado pelo Senado, o projeto voltou para a análise dos deputados. O texto foi votado pela Câmara no dia 22 de dezembro e seguiu para a sanção. A expectativa do governo é ampliar a arrecadação com a regulamentação da proposta e contribuir para a meta de déficit zero. As apostas de quota fixa, regulamentadas pela lei recém-sancionada, são aquelas em que o apostador sabe qual é a taxa de retorno no momento da aposta. São geralmente relacionadas aos eventos esportivos. O texto aprovado pela Câmara, no entanto, permite também as apostas para eventos virtuais de jogos pela internet, os chamados cassinos on-line. Esse ponto havia sido retirado do texto pelos senadores. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Executivo sanciona R\$ 3 bilhões em créditos ao orçamento de 2023

Poder Executivo | 03/01/2024 – 10h51min

Na última semana de 2023, o Poder Executivo sancionou 13 leis de créditos orçamentários que totalizam quase R\$ 3 bilhões para o orçamento do ano que se encerrou. Todas as leis são resultado de projetos de leis do Congresso (PLNs) que foram aprovados pelos deputados e senadores nas últimas sessões antes do recesso parlamentar. Créditos suplementares são aqueles que reforçam dotações já existentes na Lei Orçamentária Anual (LOA), aumentando o valor que se destina a uma programação que já estivesse prevista. Já os créditos especiais contemplam dotações novas. Em ambos os casos é preciso fazer uma compensação no orçamento, transferindo os recursos de outras áreas. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para especialistas, déficit zero em 2024 é pouco provável

Poder Executivo | 03/01/2024 – 05h01min

A taxa de sucesso de medidas que o governo federal vem lançando para aumentar a receita é incerta e é pouco provável que se registre déficit zero neste ano, afirma Silvio Neto, economista e sócio da Tendências Consultoria, sobre a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que prevê o equilíbrio nas contas públicas. O economista afirma, contudo, que a manutenção da meta de déficit zero no ano que vem é um sinal positivo. “Há a ambição de manter essa meta, e é louvável demonstrar que existe o foco de reduzir ao máximo o déficit. O governo tem buscado meios nessa direção, mas principalmente focando em medidas do lado da receita, que envolvem incertezas grandes”, afirma. “Ninguém sabe o quão essas medidas serão capazes de gerar receitas novas.” Do lado da despesa, afirma, haverá crescimento grande em 2024, como houve em 2023, com medidas como recomposição do salário mínimo e reajuste do funcionalismo público. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Promulgado crédito de R\$ 869 milhões para Presidência, AGU e 16 ministérios

Poder Executivo | 02/01/2024 – 17h40min

O Poder Executivo promulgou na quinta-feira (28) a [Lei 14.783, de 2023](#), que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar de R\$ 869 milhões para 16 ministérios, Presidência da República e Advocacia-Geral da União (AGU). A matéria tramitou no Congresso Nacional como PLN 39/2023. A maior fatia dos recursos vai para a pasta de Portos e Aeroportos: são R\$ 228 milhões (26,23% do total). O dinheiro deve ser usado para despesas administrativas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e no pagamento de uma indenização à empresa Inframérica, concessionária do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN). A Educação fica com R\$ 150,9 milhões. Desse valor, os maiores recursos vão para gestão de hospitais universitários (R\$ 71,6 milhões) e apoio à educação infantil — FNDE (R\$ 25 milhões). O restante é destinado para as universidades, institutos e centros federais. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Pacheco decidirá sobre MP da reoneração após 8 de janeiro

Poder Legislativo | 03/01/2024 – 13h59min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) vai decidir na próxima semana sobre o futuro da MP (medida provisória) que propõe reonerar setores a partir de abril de

2024. Pacheco deve reunir líderes partidários de forma semipresencial, ou seja, com alguns políticos participando virtualmente, para decidir se mantém a MP tramitando no Congresso ou se devolve ao governo. O Poder360 apurou que a reunião deve ser realizada na próxima 3ª feira (9.jan.2024), um dia depois do ato para relembrar o 8 de Janeiro, quando extremistas invadiram e depredaram as sedes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário na mesma data em 2023. Pacheco deve comparecer ao evento. Na 6ª feira (29.dez), o presidente do Senado afirmou que a MP “causa estranheza” e que deveria decidir sobre o futuro da medida com uma análise sobre o teor do texto e a sua constitucionalidade com o apoio da consultoria legislativa da Casa Alta. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Base aliada frágil continua a demandar negociações em votações no Congresso

Poder Legislativo | 03/01/2024 – 05h01min

Um ano depois do início de seu novo governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda convive com o mesmo problema do começo do mandato: uma base aliada frágil, que demanda novas negociações e alianças a cada votação importante no Congresso. A disputa pelo controle do Orçamento marcou a relação muitas vezes tensa entre Executivo e Legislativo e dá sinais de que continuará a influenciar essa dinâmica em 2024, quando estarão em jogo R\$ 53 bilhões em recursos indicados por deputados e senadores - um valor recorde. Também continuarão em debate divergências sobre o ritmo de liberação desse dinheiro. De acordo com as regras que valeram até 2023, o governo era obrigado a autorizar o pagamento de emendas individuais e de bancada previstas para o ano, mas o fluxo podia ser controlado pelo Executivo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Em xeque na AL, Brasil volta ao cenário global

Poder Executivo | 03/01/2024 – 05h

Eleito como um dos três eixos prioritários do novo governo, o retorno do Brasil ao palco das relações internacionais teve avanços importantes em 2023, mas também algumas contradições. Desde que iniciou seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve diante de si os holofotes das presidências temporárias do Mercosul, do Conselho de Segurança da ONU e, mais recentemente, do G20. Também conseguiu trazer a COP30 para o Brasil e reunir aqui todos os presidentes sul-americanos após 20 anos. Apesar disso, além de uma postura em relação aos governos da Rússia e da Venezuela vista com desconfiança pelos demais países ocidentais, emitiu sinais trocados na agenda ambiental e ainda não demonstrou capacidade de lidar com uma crise regional cada vez mais intrincada. Até a última semana, o presidente brasileiro já havia visitado 24 países, alguns deles mais de uma vez, casos de Argentina, Estados Unidos e Emirados Árabes. Lula também se reuniu com chefes de Estado e de governo de quase 60 países, em uma clara demonstração da prioridade dedicada à política externa no primeiro ano da gestão. A expectativa é de que a agenda doméstica ganhe mais atenção em 2024, dada a necessidade de organização da base parlamentar e as eleições municipais. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)